





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício de 2023







RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2023



SENHORES COTISTAS,

A Administração da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Pan Consórcio" ou "Administradora") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Pan Administradora de Consórcio Ltda. é uma empresa de capital fechado, controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 99,99% de seu capital total, e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

RESULTADOS

Prestação de Serviços

No exercício de 2023, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 0,8 milhão, frente aos R\$ 0,7 milhão do exercício de 2022.

Custos e Despesas

No exercício de 2023, as despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 1,0 milhão, frente aos R\$ 1,3 milhão do exercício de 2022.

Lucro Líquido

No exercício de 2023, o lucro líquido totalizou R\$ 6,2 milhões, frente ao lucro líquido de R\$ 4,7 milhões do exercício de 2022.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Pan Consórcio totalizou R\$ 88,2 milhões em dezembro de 2023, frente aos R\$ 82,3 milhões em dezembro de 2022.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do 1º semestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381/02, a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2021. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 30 de janeiro de 2024



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	
Disponibilidades	4	26	38	Provisões
Instrumentos Financeiros		83.160	77.510	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.442	1.562	Obrigações fiscais
Aplicação no mercado aberto		1.387	1.508	Correntes
Aplicações em depósitos de poupança		55	54	
Títulos e valores mobiliários	6	81.718	75.948	Outros passivos
Carteira própria		81.718	75.948	Sociais e estatutárias
Ativos fiscais		3.629	3.364	Obrigações com grupos
Correntes		3.414	3.011	Diversas
Créditos tributários	19.b	215	353	
Outros ativos		7.156	6.598	
Diversos	7.a	7.156	6.598	
Outros valores e bens		42	77	Patrimônio Líquido
Despesas antecipadas		42	77	Capital social:
ERMANENTE		74	107	De domiciliados no País
Intangível	23.a	74	107	Reserva de lucros
Ativos intangíveis		901	901	
(-) Amortizações acumuladas		(827)	(794)	
OTAL DO ATIVO		94.087	87.694	TOTAL DO PASSIVO

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Provisões	8	630	1.038
Obrigações fiscais	9	2.922	2.147
Correntes		2.922	2.14'
Outros passivos		2.376	2.210
Sociais e estatutárias		303	23
Obrigações com grupos de consórcio	10.a	1.418	1.46
Diversas	10.b	655	5
Patrimônio Líquido		88.159	82.29
Capital social:	11	42.388	42.38
De domiciliados no País		42.388	42.38
Reserva de lucros		45.771	39.9
OTAL DO PASSIVO		94.087	87.69



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O 2° SEMESTRE DE 2023 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por cota)

	Nota explicativa	2° semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		4.893	9.820	8.766
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.893	9.820	8.766
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		4.893	9.820	8.766
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		21	(538)	(1.778)
Receitas de prestação de serviços	12	320	779	688
Despesas de pessoal	13	(73)	(121)	(104)
Outras despesas administrativas	14	(422)	(829)	(1.167)
Despesas tributárias	15	(286)	(587)	(518)
(Provisões)/Reversões líquidas	16	46	(190)	(898)
Outras receitas/(despesas) operacionais	17	436	410	221
RESULTADO OPERACIONAL		4.914	9.282	6.988
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18	-	-	87
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		4.914	9.282	7.075
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.a	(1.658)	(3.130)	(2.343)
Provisão para imposto de renda		(1.138)	(2.192)	(1.515)
Provisão para contribuição social		(415)	(799)	(574)
Ativo fiscal diferido		(105)	(139)	(254)
LUCRO LÍQUIDO		3.256	6.152	4.732
LUCRO LÍQUIDO POR COTA - EM R\$		0,07	0,13	0,10
(Representado por 48.168.122 cotas em 31/12/2023 e 31/12/2022)				



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O 2° SEMESTRE DE 2023 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

Lucro líquido	2° semestre 2023 3.256	31/12/2023 6.152	31/12/2022 4.732
Resultado abrangente do exercício	3.256	6.152	4.732
Atribuível a: Sócios controladores	3.256	6.152	4.732



PAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O 2° SEMESTRE DE 2023 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

		Reservas de Lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	42.388	2.091	33.313	-	77.792
Lucro Líquido	-	-	-	4.732	4.732
Destinações:					
Reserva Legal	-	237	-	(237)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	4.270	(4.270)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(225)	(225)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	42.388	2.328	37.583	-	82.299
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	42.388	2.328	37.583	-	82.299
Lucro líquido	-	_	-	6.152	6.152
Destinações:					
Reserva Legal	-	308	-	(308)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	5.552	(5.552)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(292)	(292)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	42.388	2.636	43.135	-	88.159
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	42.388	2.328	37.583	2.896	85.195
Lucro líquido	_	_	_	3,256	3,256
Destinações:					
Reserva Legal	-	308	-	(308)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	5.552	(5.552)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(292)	(292)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	42.388	2.636	43.135	-	88.159



PAN ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O 2° SEMESTRE DE 2023 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2° semestre 2023	77 /20 /2007	== /== /====
	explicativa	2° semestre 2023	31/12/2023	31/12/202
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
LUCRO LÍQUIDO		3.256	6.152	4.732
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações e amortizações	14	16	32	32
Constituição de provisão para contingências	16	(46)	190	898
Imposto de renda e contribuição social - diferido		105	139	254
Lucro ajustado		3.331	6.513	5.91
√ariação de Ativos e Passivos:				
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		17	121	3.000
Aumento em títulos e valores mobiliários		(2.818)	(5.770)	(4.128
Aumento) em ativos fiscais		(1.424)	(404)	(1.386
Redução/(Aumento) em outros ativos		(326)	(558)	64
Redução em outros valores e bens		56	35	49
Redução em provisões		(263)	(598)	(1.646
Aumento em obrigações fiscais		2.691	3.062	2.935
Redução em outros passivos		138	100	(3.582
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.260)	(2.287)	(1.632
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		142	214	17:
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos		(225)	(225)	(144
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		(225)	(225)	(144
(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(83)	(11)	28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	4	164	92	64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	81	81	92
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE O FLUXO DE CAIXA		7 /00	5.061	6.563
Juros recebidos As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		3.482	5.861	6.561



1) Contexto Operacional

A Pan Administradora de Consórcio Ltda., (Administradora) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

Em maio de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência da administração de grupos ativos de consórcio, motivo pelo qual as demonstrações dos grupos não estão sendo apresentadas.

A PAN Administradora de Consórcio Ltda. ("PAN Consórcio"), divulgou em 26 de dezembro de 2023, um comunicado sobre a intenção de ingressar com pedido de cancelamento de sua licença para comercialização e gestão de grupos de consórcio, nos termos do art. 17 da Resolução do Banco Central do Brasil ("BCB") nº 233, de 27 de julho de 2022 ("Resolução BCB nº 233"). Referido pedido está sujeito à análise e aprovação do BCB, nos termos da regulamentação vigente.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), quando aplicável.

As demonstrações contábeis, referentes ao período findo em 31/12/2023, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30/01/2024.

3) Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados. As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.



c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Administradora.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

f) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.



h) Obrigações:

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio" (nota 10.a).

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

k) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações contábeis.

I) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.



m) Classificação de resultado recorrente e não recorrente:

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, de 12/08/2020, a Administradora classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Pan Administradora de Consórcio Ltda.

n) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidade em moeda nacional	26	38
Aplicações em depósitos de poupança	55	54
Total	81	92
Circulante	81	92

5) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

a) Composição e prazos:

	Circu	lante	Não Circulante		
-	Até 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações no Mercado Aberto:					
Posição Bancada	1.387			1.387	1.508
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.387	-	-	1.387	1.508
Aplicações em Depósitos de Poupança	55	-	-	55	54
Total em 31/12/2023	1.442	-	-	1.442	-
Total em 31/12/2022	54	-	1.508	-	1.562

6) Títulos e Valores Mobiliários

		Circul	ante		Não Circulante		
•	01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Certificados de Depósito Bancário							
- CDBs (a)	1.177	3.457	3.980	6.504	66.600	81.718	75.948
Total em 31/12/2023	1.177	3.457	3.980	6.504	66.600	81.718	-
Total em 31/12/2022	6.320	2.520	3.115	11.238	52.755	-	75.948

⁽a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI.



7) Outros ativos

a) Diversos:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais e fiscais	6.589	6.023
Cotas de grupos de consórcio (a)	368	388
Empréstimos a grupos de consórcio	22	31
Adiantamento para custas judiciais	62	67
Outros	115	89
Total	7.156	6.598
Circulante	567	575
Não circulante	6.589	6.023

⁽a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

8) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

a) Provisões classificadas como perda provável:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

b) Processos trabalhistas:

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretenso enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões

c) Processos cíveis:

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, atualizado a cada 3 meses, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.



2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental pelos especialistas internos, a partir de análise conjugada dos elementos do processo, opinião de escritório terceirizado, momento processual, entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como impactos à imagem e às operações da Administradora.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado da Administradora ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	630	1.031
Processos trabalhistas	-	7
Total	630	1.038
Não Circulante	630	1.038

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2022	1.031	7	1.038
Constituição líquida de reversão	197	(7)	190
Baixas por pagamento	(598)	-	(598)
Total em 31/12/2023	630	-	630

9) Obrigações fiscais correntes

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	2.875	2.089
COFINS a recolher	36	46
PIS a recolher	6	8
ISS – Imposto sobre serviços a recolher	3	2
Impostos e contribuições sobre salários	2	2
Total	2.922	2.147
Circulante	2.922	2.147

10) Outros passivos diversos

a) Obrigações com grupos de consórcio:

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos não procurados – grupos (Nota 3.h)	1.418	1.463
Total	1.418	1.463
Circulante	1.418	1.463



b) Diversas:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com consorciados – valores não identificados	434	434
Depósitos judiciais a processar	186	49
Provisão para pagamentos a efetuar	35	12
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	16
Total	655	511
Circulante	655	511

11) Patrimônio Líquido

a) Capital Social:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 42.388 em 31/12/2023 e 31/12/2022, e está representado por 48.168.122 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos mínimos:

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

12) Receitas de prestação de serviços

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de permanência	779	687
Taxa de administração	=	1
Total	779	688

13) Despesas de pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Proventos	71	59
Benefícios (Nota 22)	29	28
Encargos sociais	21	17
Total	121	104



14) Outras despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Aluguéis	544	530
Serviços de terceiros	229	512
Depreciação e amortização	32	32
Outras	24	93
Total	829	1.167

15) Despesas tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição à COFINS	468	431
Contribuição ao PIS	79	73
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	36	14
Outros impostos	4	-
Total	587	518

16) (Provisões)/Reversões líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
(Provisão) de processos cíveis	(197)	(1.127)
Reversão de processos trabalhistas	7	229
Total	(190)	(898)

17) Outras receitas/(despesas) operacionais

Total	410	221
Outras	(1)	2
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	(525)	(643)
Variação monetária ativa	464	562
Recuperação de despesas	472	300
	31/12/2023	31/12/2022

18) Resultado não operacional

	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de valores de grupos encerrados	-	87
Total	-	87



19) Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.282	7.075
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(3.156)	(2.406)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	26	63
Total	(3.130)	(2.343)

Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para contingências cíveis	351	429	(566)	214
Provisão para contingências trabalhistas	2	-	(2)	-
Outros créditos tributários	-	4	(4)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	353	433	(572)	214

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2023, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. A referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foi aprovada em conjunto às demonstrações contábeis, pelo Conselho de Administração do Banco PAN S.A., em 30/01/2024.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados. Para tanto, a Companhia adotou critérios previstos no CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM n° 599/09 e a Instrução CVM n° 371/02, no que a regra anterior não conflite com a norma posterior.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		To	Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
2023	-	62	-	62	
2024	63	44	63	44	
De 2025	84	16	84	16	
De 2026 a 2030	67	231	67	231	
Total	214	353	214	353	

Em 31/12/2023 o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 170 (R\$ 213 em 31/12/2022).



20) Transações com partes relacionadas

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Prazo Máximo	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(Passivo)	(Passivo)	(Despesas)	(Despesas)
Disponibilidades		2	12	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	2	12	-	-
Certificado de depósito bancário – CDB		81.718	75.948	9.820	8.766
Banco PAN S.A.	29/11/2026	81.718	75.948	9.820	8.766
Dividendos a pagar		(292)	(225)	-	-
Banco PAN S.A.	31/12/2024	(292)	(225)	-	-
Outras obrigações		-	(16)	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	-	(16)	-	

21) Limite operacional - Acordo da Basileia

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, da Demonstração Contábil do Banco PAN S.A., para a data base de 31/12/2023, o Banco BTG Pactual passou a exercer de forma individual o controle do Banco PAN, consequentemente passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira oficial os indicadores de Capital ao Banco Central do Brasil, a partir de então, o PAN optou por realizar e informar os cálculos dos Limites Operacionais de forma "gerencial" (Pró Forma) a partir da data base de 31/12/21, atendendo aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Em 31/12/2023, o índice de Basileia pró-forma do PAN é de 15,81%. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco.

22) Benefícios a Empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2023 R\$ 29 (R\$ 28 em 31/12/2022).

23) Outras Informações

a) O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos, sendo seu valor residual em 31/12/2023 de R\$ 74 e R\$ 107 em 31/12/2022.

24) Resultado corrente e não recorrente

Não ocorreram eventos não recorrentes na data-base de 31/12/2023.



São Paulo, 30 de janeiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo Pereira Guimarães Diogo Ciuffo da Silva Alex Sander Moreira Gonçalves

DIRETORIA

Carlos Eduardo Pereira Guimarães Leonardo Ricci Scutti

CONTADOR

Rodney Fabiano Fernandes CRC 1SP270936/O-7

Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira Contador CRC 1SP127241/O-0

Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pan Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



Pan Administradora de Consórcio Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira Contador CRC 1SP127241/O-0